

Fernando  
Catroga

A historiologia de Sílvio Lima



# A historiologia de Sílvio Lima

Por Fernando Catroga

João Francisco Marques escreveu sobre Sílvio Lima: "visando uma paronâmica diacrónica, assente nas nossas instituições universitárias, tem jus a uma referência o contemporâneo de Vieira de Almeida e meu mestre de Teoria da História em Coimbra - escola mais seduzida pelo rigor metodológico da historiografia alemã erudita e até pelo neopositivismo de Louis Halphen, mas atenta à filosofia de história de Raymond Aron, do que pelos novos horizontes descortinados pelos *Annales* -, Sílvio Lima, cujo pendore para a reflexão sobre o ensaísmo é conhecido. Das preleções do curso que ministrava, não se recolhe, porém, senão a impressão de que não havia vincada distinção entre uma linha epistemológica, se bem que presente, e a preocupação de dar à disciplina um carácter introdutoriamente generalizante"<sup>1</sup>. Por sua vez, para um outro seu antigo aluno, Luís Reis Torgal, "Sílvio Lima apresentou, como professor, algumas reflexões muito interessantes e reveladoras de uma abertura a várias correntes historiográficas e epistemológicas"<sup>2</sup>. Com isto, sugere-se que, apesar de ele não ser um historiador - mas um filósofo de forte pendore ensaístico -, o seu ensino se situava numa linha declaradamente antipositivista. Vejamos como.

De formação filosófica, Sílvio Lima perfilhava um racionalismo crítico, cujos fundamentos expôs no seu *Ensaio sobre a Essência do Ensaio* obra em que o diálogo com Montaigne e António Sérgio parece evidente. No entanto, e ao contrário do neokantismo sergiano, este posicionamento não o levou a rejeitar as lições da Psicanálise de Freud e de Adler, como se pode verificar em *O Amor Místico (Noção e valor da experiência religiosa, 1935)*. Por outro lado, o seu pensamento não pode ser desligado das suas opções cívicas, já que foi uma das vítimas da repressão salazarista sobre a Universidade<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> João Francisco Marques, *Teoria da História e do Conhecimento Histórico. Relatório*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1990, p. 50 (ed. policopiada).

<sup>2</sup> Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 367.

<sup>3</sup> Sílvio Lima, *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*, 2ª ed., Coimbra, Arménio Amado, 1964 (a 1ª ed. é de 1944).

<sup>4</sup> Quando jovem, Sílvio Lima esteve ligado, tal como Vitorino Nemésio, Paulo Quintela e Carlos Cal Brandão, ao jornal *Gente Nova* (9 de Abril de 1927 a 18 de Maio de 1929), órgão do Centro Republicano Académico. As suas posições políticas e filosóficas - tiveram forte impacto a sua crítica ao livro de Gonçalves Cerejeira *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo* (1922) e as ideias expostas na obra *O Amor Místico* (1935) - tornaram-no alvo da repressão do Estado Novo. Pelo Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de Maio de 1935, foi demitido da Universidade, em conjunto com Aurélio Quintanilha (Coimbra), Abel Salazar (Porto) e Rodrigues Lapa (Lisboa), acusados de não darem garantias de "cooperar na realização dos fins do Estado". O contexto da II Guerra Mundial possibilitou a sua reintegração (22 de Janeiro de 1942). Em 1945, a polícia secreta assina a sua reintegração, e, em 1947, a mesma instituição registava-o como um dos professores que estariam a dar um "patrocínio encoberto" a Salgado Zenha e aos estudantes que lutavam pela liberdade associativa. Em Março de 1965, aposentou-se a seu pedido. A investigação feita por Luís Reis Torgal nos arquivos da PIDE/DGS revela ainda que a vigilância sobre Sílvio Lima continuou até 1974. Só foi reintegrado e nomeado catedrático (16 de Abril de 1975) depois da Revolução. Cf. Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1999, pp. 69, 78, 86, 91, 92, 94, 105, 177, 179.

Infelizmente, as suas lições sobre *Teoria da História* só estão consignadas em livros de sumários e em algumas "sebentas", elaboradas por alunos. Mas, o seu pequeno ensaio, várias vezes reeditado e reformulado, sobre *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História* (1ª edição: 1943), bem como o prefácio que escreveu à edição portuguesa da obra de Louis Halphen, *Introdução à História* (1961), contêm informações que podem ajudar a apreender o núcleo essencial do seu pensamento na matéria aqui em causa.

Dividia o seu curso em duas partes. A primeira, dedicada à *Historiografia*, repartia-se pelos seguintes capítulos, *História como Historiografia, Géneros Literários e História*, e tinha por objectivo fundamental capacitar os estudantes para responderem a questões como estas: qual o objecto ou a finalidade da História? Quais os seus fundamentos? Que métodos e técnicas emprega? Qual a utilidade da História? Será uma Arte ou uma Ciência?. A segunda dizia respeito à *Historiologia* ou *Historio sofia*, e incidia sobre: *Gnosologia Histórica ou Teoria do Conhecimento Histórico* (tratava de interrogar se a História é, ou não, um conhecimento, uma ciência); *Historicidade* (a perspectiva ontológica da História); e *Filosofia da História*, onde se perguntava se existe, ou não, um sentido para o devir.

Comparando as matérias sumariadas nos vários anos lectivos (1957-1958 a 1963-1964), conclui-se que, como é normal, a primeira parte teve sempre um maior desenvolvimento; os temas terminais, respeitantes à *Historiologia*, raramente foram expostos; as excepções referem-se aos anos de 1957-1958 (5 aulas para um total de 27 lições) e de 1960-1961 (3 lições).

Quanto à tradição manualista - que já vinha dos finais do século XIX -, Sílvio Lima aconselhava alguns clássicos: *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (1889), de E. Bernheim; *Introduction aux Études Historiques* (1898), de Ch. Langlois e Ch. Seignobos; *Théorie de l'Histoire* (1911), de A. D. Xénopol; *Comment on écrit l'Histoire* (1933), de D. Harsin; *Introduction à l'Histoire* (1948), de L. Halphen; *Initiation à la Critique Historique* (1951), de L. E. Halkin<sup>5</sup>. Porém, não seguia exclusivamente nenhum deles, pois estruturava o curso de um modo muito próprio, em ordem a articular as questões específicas do método historiográfico com reflexões epistemológicas que, na linha de Benedetto Croce, designava por *Historiologia* ou *Historiosofia*.

Sílvio Lima começava as suas lições pela caracterização do "objecto", convidando os estudantes a separarem a dimensão gnosiológica do conceito de História (*cognatio rerum gestarum*) do seu referente (*res gestae*), a fim de distinguirem o seu duplo significado, e perceberem por que é que, como Ciência, a História visava "narrar", explicar e compreender os factos humanos do passado. Sustentava, assim, que, ontologicamente, o conceito remetia para a categoria de *sucesso* ou *evento* já passado. Daí, o carácter de não-ser de todo o acontecimento, e a conseqüente contradição em pensar-se na possibilidade tanto de uma "história do futuro" (à Padre António Vieira), como do presente. A Historiografia seria uma gnose retrospectiva, pelo que, como gostava de afirmar, citando Schlegel, o historiador só pode ser um "profeta do passado". Sendo o tempo histórico "fluxível e irreversível"<sup>6</sup>, a convocação

<sup>5</sup> Sobre esta tendência para a manualização do ensino das teorias da História, veja-se Jerzy Topolsky, *Metodologia de la Historia*, Madrid, Cátedra, 1992, pp. 99-100, 127-128.

<sup>6</sup> Sílvio Lima, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1958, p. 27.

do pretérito por um tempo presente é mediata, pois só pode ser feita a partir de vestígios deixados por (alguns) desses sucessos ou eventos. Por isso, as categorias temporais em que o historiador opera não podem ser confundidas com o tempo subjectivo, ou, sequer, com o tempo físico-matemático.

Uma mais completa problematização dos limites do conhecimento histórico requeria, ainda, a elucidação do conceito moderno de Ciência, desde Francisco Bacon, Comte, Claude Bernard, até às reflexões contemporâneas suscitadas pela Microfísica. A seu ver, a "revolução científica moderna" foi possível, porque - contra o aristotelismo, a escolástica e o empirismo ingénuo - se começou a postular que "toda a iniciativa experimental está na ideia" (Claude Bernard), e que, sem o papel motriz da hipótese, não haverá Ciência: "a hipótese é o motor de toda a investigação científica"<sup>7</sup>. Consequentemente, os critérios de validação dos resultados científicos não podiam ser de cariz dogmático, nem reduzidos à velha *adaequatio rei et intellectus*, subjacente à tradição realista e positivista. Ecoando os ensinamentos da reflexão feita por cientistas como Henri Poincaré e Einstein, o autor do *Ensaio sobre a Essência do Ensaio* concluía, tal como António Sérgio, que uma teoria é tanto mais verdadeira, "quanto ela for mais fecunda"; isto é, "quanto maior for o número de relações que a teoria é capaz de evidenciar", mais "a hipótese é verdadeira", impondo-se com mais clareza, inteligibilidade, coerência e explicabilidade perante outros discursos que referenciem a mesma realidade. Por conseguinte, gostava de sublinhar a humildade de Einstein, quando este afirmava que, com a sua teoria da relatividade, "não descobrira a verdade, mas tão-somente formulara uma explicação que era mais verdadeira do que as teorias anteriores"<sup>8</sup>.

Estes esclarecimentos tinham o propósito de pôr em causa o naturalismo e o imperialismo das Ciências da Natureza, tal como o cientismo do século XIX o havia praticado, reduzindo todo o conhecimento ao "geral, o necessário, imutável, intemporal e eterno"<sup>9</sup>. Contra isto, invocava o racionalismo crítico, de fundo kantiano, e as discussões acerca do indeterminismo em Microfísica (Heisenberg, Bohr, Eddington, Dirac, Max Planck, Broglie), para aconselhar cautelas no que respeita à interpretação positivista acerca da origem e dos limites do conhecimento científico.

Com efeito, Sílvio Lima, citando Claude Bernard, lembrava que a própria ideia moderna de Ciência partia de um acto de fé: "avant de faire la science il faut croire à la science". Em vez das explicações aristotelico-escolásticas (qualitativas e finalistas), a Modernidade construiu um novo "olhar" sobre as coisas, a partir da crença na inteligibilidade e no determinismo universais. Sem ela, seria impossível entender o mundo como um *universo* e alcançar um tipo de saber que, como sonhava F. Bacon, aumentasse a capacidade de *previsão* e de *provisão* do Homem sobre a Natureza. Esta passou a ser lida como se estivesse escrita em linguagem matemática (Galileu), o "que possibilitou que a velha concepção aristotélica das quatro causas tenha sido substituída pela noção de *lei*, agora definida como "uma *função* entre duas ou mais variáveis, quer dizer, uma relação quantitativa, constante, universal e abstracta entre fenómenos"<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> *Idem*, *Teoria da História. Lições*, Coimbra, s.<±, p. 137 (ed. policopiada).

<sup>8</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 142-143.

<sup>9</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 211.

<sup>10</sup> *Idem*, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, p. 11.

O método científico partiria, assim, da *hipótese* para a *observação*, sendo a *demonstração* praticável devido à recorrência dos fenómenos naturais, isto é, à sua dimensão repetitiva e cíclica. Porém, nas últimas décadas do século XIX, alguns intelectuais, influenciados por Hegel e Kant, defendiam, contra o positivismo, a distinção entre as Ciências da Natureza e as Ciências do Espírito, reivindicando para estas um método próprio. Para Sílvio Lima, o conceito de repetição somente dizia respeito à *lei*, e não tanto às variáveis que ela relacionava. Por outras palavras: em sua opinião, também na Natureza emergiam fenómenos irreversíveis (o terramoto de 1755, por exemplo) e, depois de Darwin e das novas teorias geológicas, faria mesmo algum sentido falar-se em História Natural, embora reconhecesse que só o Homem podia elevar-se à consciência histórica.

À luz do paradigma da Ciência Moderna, a pressuposição de uma ordem natural inteligível servia de fundamento ao determinismo e à explicação através de causas. Estas assentavam "numa *consecução empírica*" que o sujeito cognoscente teorizava; mas, "a causa seria apenas o antecedente constante, o efeito, o conseqüente constante. Ontologicamente não pode justificar-se a concatenação causal, mais sim *epistemologicamente*". Ora, o acaso - tal como Curnot o havia definido e, entre nós, Oliveira Martins divulgado -, bem como o indeterminismo da Microfísica (Heisenberg), pareciam estar a invalidar o *paradigma newtoniano*. No entanto, daqui não inferia qualquer ilação irracionalista, pois, também para ele, o fortuito não tinha qualquer estatuto ôntico; a sua entificação era fruto de projecções antropológicas. De acordo com Espinosa, caracterizava-o como uma magificação, que visava colmatar a ignorância em relação ao aparentemente inexplicável; portanto, aceitá-lo seria aniquilar o princípio da racionalidade do real, um dos pilares da Modernidade. Significa isto que os novos problemas científicos estavam a impor a revisão dos excessos científicistas, e não a destruir o valor da Ciência. O que estava em crise era, tão-só, a validade de um certo modo de á definir.

Para o professor de Coimbra, não existiria uma contradição radical entre *determinismo* e *indeterminismo*, o primeiro, como "postulado racional", permanecia "inabalável (renunciar a ele seria abdicar da própria razão); a sua crise, que é apenas aparente, promana do facto de o físico moderno tentar resolver à força problemas de hoje dentro dos quadros do mecanicismo clássico"<sup>12</sup>. E que, com a Microfísica e com a *Teoria dos Quanta*, a interpretação do universo teria ficado mais probabilística. Todavia, o cariz estatístico, que a lei tinha ganho, não "desmorona o determinismo; pelo contrário, pressupõe-o"; no cálculo das probabilidades, se o cientista não consegue, por impotência cognitiva, "captar o determinismo de cada elemento particular, ou único, consegue, no entanto, prever numericamente um resultado global, um conjunto, um comportamento médio". De tudo isto, concluía que seria mais correcto afirmar-se "a *um tempo*, a *determinação* de um conjunto e a *indeterminação* de cada elemento que faz parte integrante desse mesmo conjunto", e defender-se que a indeterminação, tal como o acaso, "é filha, afinal, da nossa ignorância"<sup>13</sup>. É que a total transparência racional

<sup>1</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

somente poderia ser apreendida por um Deus onisciente, para quem "a indeterminação solver-se-ia em luz meridiana, numa palavra, em *razão*"<sup>14</sup>, no Homem, o saber será sempre condicionado. Consequentemente, se, na Macrofísica, a previsão é *forte e longa*, dada a plena validade do determinismo, a descida a esferas mais complexas mostra a existência de um determinismo mais *fraco* e de uma previsão mais *curta*<sup>15</sup>, como acontecia no campo da Microfísica (Heisenberg).

Estas conclusões punham em causa o paradigma newtoniano-laplaciano inerente ao cientificismo, e tinham em vista reivindicar alguma especificidade para as Ciências do Espírito. Todavia, com a invocação do modelo da Microfísica, não se estaria a cair numa posição ainda "positivista"? Para se responder, importa ter presente a orientação conciliadora do pensamento de Sílvio Lima, traduzida, neste caso, na busca de uma complementaridade entre *explicação* e *compreensão*. Afinal, a renovação do paradigma das Ciências da Natureza estaria a abrir as portas à autonomização epistemológica do mundo histórico. E esta dimensão - que Droysen, Dilthey e a sua escola já tinham reabilitado - invalidava, igualmente, a interpretação exclusivamente formal do racionalismo: a par da *razão pura* e da *razão prática*, existia a *razão histórica*. O que ditava que o Homem devia ser compreendido "*sub specie histórica*"<sup>16</sup>. Sem cair na aceitação de uma ruptura ôntica radical entre o Homem e a Natureza, este horizonte protestava, porém, contra o uso unicitário do método que esteve na origem da visão mecanicista do mundo.

Mais concretamente, os historiadores deviam estar avisados de que as Ciências da Natureza progrediram, porque deixaram de indagar as *coisas em si*, centrando-se, tão-somente, na busca de causas demonstráveis. No entanto, o facto de, em História, nem sequer se poder observar directamente a realidade passada convidava à rejeição de qualquer epistemologia de cariz realista. Um correcto entendimento dos mecanismos do método historiográfico teria de relevar a capacidade inventiva e formalizadora da razão para ordenar as informações indirectas do acontecido, através da mediação de conceitos - como *acontecimento*, *sucesso*, *evento* e *facto histórico* -, sem cair, contudo, em apriorismos metafísicos, ou no "coisismo" positivista e empirista<sup>18</sup>.

Deste modo, o conhecimento histórico não podia ser apresentado como o espelho do passado. A unicidade, fluxibilidade e irreversibilidade dos acontecimentos obrigam a que, mesmo "a contemplação e a recordação, por imediatas que sejam, já não nos apresentam os acontecimentos com a fidelidade da fotografia"<sup>19</sup>. Assim sendo, e como nas recentes teorizações acerca das fontes históricas se defende, também para Sílvio Lima a Imaginação, a Memória e a Historiografia trabalhavam com um *objecto ausente*. Só que, enquanto a primeira não necessita de o comprovar (Paul Ricoeur), e a evocação memorial somente apela à fidelidade, o historiador, se recorre à Memória e à Imaginação, procura ultrapassá-las, mediante discursos

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 66.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>8</sup> Sílvio Lima acusava o empirismo de fomentar uma visão "coisista" do pensamento, expressão que era igualmente cara a António Sérgio na sua cruzada em prol da descoisificação da consciência.

<sup>9</sup> *Idem, Teoria da História. Lições*, p. 37.

demonstrativos da verdade do que pretende referenciar. O que implica um confronto entre as hipóteses interpretativas e as informações colhidas nas fontes históricas.

O autor de *O Amor Místico* foi, por isso, particularmente sensível à multiplicidade daquelas últimas. Para si, tanto a tradição oral (rumor, fábula, lendas), como a tradição escrita (inscrições históricas, genealogias, biografias, memórias, epistolografia, imprensa), a tradição gráfica (mapas, pintura, desenhos, esculturas, etc), os restos ou vestígios (conscientes ou inconscientemente deixadas por acções individuais ou grupais), a linguagem, os costumes, os usos, as instituições, os produtos do saber científico, artístico, industrial, os documentos (de carácter diplomático, comercial, estatístico, etc), os monumentos (de carácter não narrativo - estátuas, altares, inscrições funerárias, marcas fronteiriças, moedas, medalhas -, ou escritos: documentos jurídicos, registos notariais, selos, etc.) seriam fontes históricas.

Segundo, nesta matéria, E. Bernheim, não aderiria a uma concepção restrita de documento histórico, e tinha bem presente a confusão positivista entre os conceitos de *evento*, ou *acontecimento*, e o de *facto histórico*. Em termos comparativos, gostava de lembrar aos cultores de uma acrílica ideia de Ciência que, mesmo nas Ciências da Natureza, *o facto físico é já uma construção, uma teoria, e não um dado*. Ora, como o historiador visa uma realidade ausente, que já não existe, e da qual só se tem um conhecimento parcelar e indirecto, também é ele quem *constrói* "as teorias explicativas do fenómeno"<sup>20</sup>. Deste modo, *o facto histórico é um conceito epistemológico*, enquanto o *evento* denota a dimensão ôntica da História, pois, na sua expressão mais imediata, diz respeito a uma manifestação já ocorrida, irreversível, una e singular. Desta distinção deriva que nem todo o *evento* humano possa ser elevado a *facto histórico*: este, enquanto *constructo*, depende tanto da "influência" daquele primeiro em acontecimentos subsequentes, como da mediação selectiva do historiador. Assim se verifica que esta visão acerca do conhecimento histórico, de clara inspiração neokantiana, acabava por desaguar numa posição análoga à dos patriarcas da chamada "escola dos *Annales*" (Marc Bloch e Lucien Febvre). Isto é, também para Sílvio Lima, a História tinha de ser epistemologicamente "pensada *como* ou 'por problemas' (*par problèmes*)"<sup>22</sup>.

A conhecida lição de Langlois e Seignobos, segundo a qual sem documentos não há saber histórico, seria insuficiente: nem os documentos se cingiam aos vestígios escritos dos eventos políticos, nem o historiador podia prescindir, na selecção dos factos históricos e comprovação das suas hipóteses interpretativas, de preceitos metodológicos e *pré-conceitos* mentais. Em suma: o autor do *Ensaio sobre a Essência do Ensaio* reivindicava um papel activo para o sujeito cognoscente, já que toda a Ciência tem por fonte primeira a *fantasia*. Ao invés da fantasia estética, a do cientista (e, logicamente, a do historiador), se também era entendida como "imaginação criadora" (à maneira alemã, que discerne entre *Phantasie* e *Einbildungskraft*), não se devia confundir, porém, com o vago e romântico, mas com "o coerente, o lógico, o racional, que, organizando processualmente os factos, os torna inteligíveis dentro de uma malha indivisa de relações claras e distintas"<sup>23</sup>. Em certo sentido, pode

<sup>20</sup> *Idem*, *Teoria da História. Lições*, p. 132.

<sup>21</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 64.

<sup>22</sup> *idem*, *Livro de Sumários de Teoria da História. 1963-1964* (lição de 18 de Fevereiro de 1964).

<sup>23</sup> *idem*, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, p. 27.

então afirmar-se que, à luz desta epistemologia, o saber histórico não "descobre", "inventa" e "produz", através da construção, à maneira de Espinosa, de Kant e de Sérgio, de relações ideais.

Esta posição implicava a crítica aos que defendiam a existência de um número limitado de documentos, insinuando a possibilidade do fechamento do saber. A aceitação dos factos como um *constructo* significava que a leitura do passado estava sujeita a uma "relatividade sempre aberta a revisões críticas. Revisões não só porque a massa documental pode enriquecer-se com fontes inéditas (nesse sentido disse Oliveira Martins que a história será sempre 'uma série de remendos numa série de buracos'), mas também porque o presente vai esclarecendo cada vez mais o passado". E, a História da Historiografia demonstrava que, com o tempo, muitas interpretações se "revelavam tendenciosas, sacrificando a preconceitos de nação, raça, política, religião, classe, etc". Por sua vez, o presente traria um melhor conhecimento do passado, e os progressos em outros domínios científicos (ciências económicas, médicas, matemáticas, psicológicas, etc.) "potenciam o grau de explicabilidade, mediante *raciocínios analógicos*, dos acontecimentos pretéritos"<sup>24</sup>. Quer isto dizer que o carácter mediato e histórico do próprio conhecimento abria futuros às representações do passado.

Metodologicamente, o documento aparece como uma espécie de "matéria bruta" que se tem de analisar segundo critérios rigorosos, a fim de se chegar a uma explicação/compreensão objectiva. Daí, a necessidade de se ultrapassar os campos da Imaginação e da Memória. Embora estas duas actividades mentais também se encontrem no trabalho historiográfico, este não pode confundir-se com elas. Tal como Alexandre Herculano, Sílvio Lima gostava de o comparar à elevação de um edifício - o historiador começava por ser um "cabouqueiro". Primeiramente, ter-se-ia de ir à pedreira escolher as pedras para os alicerces, colocando-as, segundo as suas qualidades, numa primeira ordenação; o mesmo acontecia com a interpretação do já acontecido: "de um aglomerado confuso de sucessos [o historiador] vai extrair os que considera determinantes do processo histórico e integra-os na longa trama que constitui a história"<sup>25</sup>. Deste modo, o nosso pensador dava ainda actualidade às regras que os historiadores do século XIX e, por todos, Langlois e Seignobos, haviam sistematizado - os documentos necessitavam de ser analisadas, num processo composto por três fases (heurística, crítica e síntese), tendo em vista uma *construção* verdadeira dos factos.

Ciente da matriz positivista desta proposta, esforçava-se por fazer dela uma leitura não empirista: a heurística, na Historiografia, seria "diferente da heurística nas Ciências da Natureza, porque, nestas, há uma observação directa dos fenómenos" e, naquela, "a única observação possível é a do documento, aquilo que ficou do sucesso", sendo, "portanto, uma observação -indirecta"<sup>26</sup>. De qualquer modo, apesar de ser um saber mediato, o criticismo, que deu origem à Ciência Moderna, também devia iluminar a análise interna do documento (proveniência; restituição) e a sua interpretação externa.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>25</sup> *Idem, Teoria da História. Lições*, pp. 99-100.

<sup>26</sup> *Idem, ihidem*.

Por outro lado, o desenvolvimento das chamadas ciências auxiliares da História (Diplomática, Arqueologia, Numismática, Medalhística, Esfragística, Heráldica, Filatelia, Iconografia, Filologia, Toponímia, Cronologia, Paleontologia, Etnografia, Folclore, etc.) tinha reforçado a capacidade do historiador em encontrar novas fontes, em fixar a sua veracidade, e em interpretar o seu significado, isto é, em *construir factos históricos*. O que explica o relevo dado à *crítica dos testemunhos* (crítica da sinceridade, crítica de exactidão, crítica da competência) e ao recurso a novas Ciências, como a Psicologia Individual e a Psicologia Colectiva, em ordem a afinar-se a detecção da falsidade.

342

Se estes preceitos metodológicos eram essenciais, eles, só por si, não bastavam para se produzir conhecimento. A análise tinha de dar origem a sínteses explicativas/compreensivas. Neste contexto, seria errado confundir a História, enquanto saber científico, com o eruditismo, ou com o arquivismo (Sílvio Lima concordava com o panorama que Keyserling havia traçado sobre a vida cultural portuguesa em *Viagem à Volta do Mundo*). Assim, não surpreende que o seu principal adversário fosse o empirismo e a sua tradução historiográfica; acusava-o de "dar o cérebro como passivo, sem síntese operatória"<sup>27</sup>, confundindo o óntico com o gnosiológico, logo, o *acontecido* com o *facto histórico*. Ora, mesmo Seignobos havia sustentado que "a História é uma ciência de raciocínio", e não um reflexo passivo do mundo exterior, pelo que a comparação do trabalho do historiador com o do físico só seria esclarecedora desde que se ultrapassasse a concepção positivista de Ciência, e se respeitasse a relativa especificidade epistémica da historicidade, reconhecendo-se que esta não está, "ontologicamente, nos sucessos"; "está na nossa cabeça; é um *modo especial de conhecimento*, um ângulo visual de perspectiva"<sup>28</sup>.

Para se inteligir melhor o seu pensamento nesta matéria, será importante aprofundar um pouco mais o seu conceito de *facto histórico*. Sem deixar de o caracterizar como algo de singular e irrepetível, recordava que a sua construção racional só podia ocorrer no seio de campos explicativos mais gerais, isto é, *sub specie societatis*, e de acordo com o princípio da inteligibilidade postulado pela Modernidade. O que impunha um olhar totalizante sobre as coisas. Portanto, o *facto histórico* particular, que é um *constructo*, "além das suas causas próximas ou longínquas", só ganharia significado desde que fosse inserido e subordinado "a um *conjunto social*, a um todo indivisível; é na relação com esse todo que ele deve ser compreendido"<sup>29</sup>. Tal procedimento possibilitava alcançar explicações causais capazes de tecerem relações *constantes* entre variáveis. Assim, se, ontologicamente, o evento é mutável, as relações, porém, são de índole estrutural, exigência que aconselhava a completar-se a *compreensão* com a *explicação* e o *particular* com o *geral*, modo de interpretar que estaria a aproximar o trabalho do historiador da perspectiva do sociólogo.

Esta conclusão denota que Sílvio Lima não ficou indiferente ao diálogo da Nova Historiografia com a Sociologia, embora estivesse vigilante em relação aos perigos do sociologismo. É que, se "a história só pode explicar-se à luz da sociologia" - como enfaticamente

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 132.

<sup>28</sup> *Idem, O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, p. 29.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

sustentava o sociologismo (Comte, Durkheim) -, esta necessitava, igualmente, da História para aprofundar o estudo da sociedade; isto é, se, para Durkheim, "a História é o microscópio da Sociologia", o inverso também seria verdadeiro: a Sociologia, com o seu *método comparativo*, também estabelece "paralelos, semelhanças, repetições entre instituições pertencentes a diversos grupos humanos" para alcançar leis. Assim sendo, entre ambas devia existir uma mútua colaboração, porque, se o histórico é o rio heraclítico que devem, este transcurso ocorre num "leito institucional (político, jurídico, económico, ético, religioso, etc.)" e, "compreender o rio sem o leito, ou o leito sem o rio", seria "fazer compartimentagem estanque dentro do que é uno"<sup>30</sup>.

Chegados a este ponto, é altura de perguntar se, apesar do distanciamento do paradigma clássico das Ciências da Natureza, a maneira como Sílvio Lima definiu a especificidade da realidade social e o seu conhecimento foi suficiente para romper com os pressupostos cientificistas. Bem vistas as coisas, a valorização de conceitos como "conjuntura"; "invariável", "totalidade", "estrutura", tal como a via metódica por excelência para a estudar - a sedação e a estatística -, acabavam por dar continuidade à postulação da inteligibilidade racional do mundo e à sua expressão quantitativa (*res extensa*), ainda que em termos menos exclusivos e mais modestos (probabilísticos). Este ideal explicativo e quantitativista era a grande lição da metodologia oriunda da escola sociológica francesa (Durkheim). A Historiografia devia tê-lo presente, ainda que com o cuidado de fugir aos seus exageros sociologistas<sup>31</sup>. Estes, nomeadamente na sua versão comtiana, tinham caído em explicações fisicalistas<sup>32</sup>, reduzindo o Homem a epifenómeno da Natureza. Ora, ao contrário das pretensões da Sociologia, a Historiografia nunca podia ser um saber nomotético.

Apesar de tudo, as opiniões de Sílvio Lima acerca do conhecimento historiográfico situaram-se sempre nos quadros epistémicos da "revolução científica" moderna, ainda que procurasse levar em conta as críticas neokantianas e dos hermeneutas aos excessos do cientificismo oitocentista. Para ele, o historiador continuava a não poder pôr em causa a crença na inteligibilidade do mundo natural e social, e a ter de rejeitar o papel do acaso e o do "grande homem" (que é sempre filho do seu tempo). Com isto, defendia a validade do modelo necessitarista: a explicação dar-se-ia através de causas, porque todo o episódio se connexiona "necessariamente com outro episódio seu anterior. De outra forma não ocorreria"<sup>33</sup>.

A existência de causas em História abria, assim, as portas à previsão, embora dentro de certos limites. O estudo das linhas evolutivas da sociedade, desde que fosse acompanhado pelo conhecimento sociológico das "estruturas morfológicas", poderia levar à formulação de prognoses, "não dos eventos históricos particulares ou singulares da vida de amanhã (previsão *microscópica*), mas a uma previsão probabilística da 'allure générale' dos acontecimentos, análoga ao probabilismo do físico (*previsão macroscópica*)"<sup>34</sup>. Isto é, o saber histórico, diferentemente do conhecimento sobre o mundo natural, remetia para um determinismo/ra<%>

<sup>30</sup> idem, *ibidem*, p. 32.

<sup>31</sup> idem, *Teoria da História. Lições*, p. 171.

<sup>32</sup> Idem, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, pp. 30-31.

<sup>33</sup> idem, *ibidem*.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 66.

pelo que a sua capacidade de previsão tinha de ser curta, tal como, por analogia, acontecia na realidade microfísica.

A esta luz, a tarefa epistemológica da Historiografia devia lutar para que ela não se confundisse, nem com a Arte - esta pressupõe a Imaginação, e não tem pretensões a demonstrar a verdade -, nem com o uso pragmático do estudo do passado; devia aproximar-se das Ciências em geral e, sobretudo, das Ciências Sociais. É que "o facto histórico só pode ser inteligenciado mediante as leis das próprias ciências sociológicas", e, "à medida que as ciências históricas e sociológicas progridem, cada vez ressalta mais quão artificiais e, portanto, ilusoriamente perigosas são as barreiras alimentadas entre elas"<sup>35</sup>. Como se verifica, para Silvio Lima, o objecto da História é "o *homem* ou os homens"<sup>36</sup>; o seu campo epistémico, o das Ciências Sociais e o das suas relações interdisciplinares (com a Sociologia, mas também com a Antropologia, a Geografia, as Ciências Económicas, a Psicologia, etc.)<sup>37</sup>, posição que, como facilmente se comprova, não andava longe das teses perfilhadas pela primeira geração dos *Annales*.

Todavia, avisado pela lição da Hermenêutica, não caracterizou a Historiografia como um saber nomotético, embora aceitasse que, depois do século XIX, ultrapassadas as suas funções pragmáticas, bem como as suas características narrativas, ou de apologia dos "grandes homens"<sup>38</sup>, ela tivesse passado a ser uma Ciência: a História "é o exame e interpretação do passado tal como foi — nada de estética, nem de pragmática, nem de apologia". Que tipo de Ciência? A contestação do modelo fiscalista e a consciência do cariz não recorrente, único e irreversível dos eventos mostravam-lhe que o historiador jamais poderia alcançar leis. Todavia, isso não o impedia de formular explicações, porque, se, "em História, não se estabelecem leis, têm de se estabelecer relações causais"<sup>39</sup>.

Infelizmente, parece ter sido estranho ao debate aberto pela Filosofia Analítica inglesa e, sobretudo, às teses científicas de Hempel. Neste terreno, a influência maior parece ter vindo da discussão sobre a classificação e relação interna das Ciências, mormente das avançadas por autores como Windelband, Dilthey e Rickert, cujas ideias o seu magistério não deixava de aflorar. E, sintetizando o que sumariou e expôs, não se errará muito se se afirmar que, a seu ver, um conhecimento podia ser *explicativo* sem ser nomotético, limitando-se, no caso da Historiografia, a relacionar antecedentes com consequentes, numa ordenação narrativa. Por sua vez, a lição epistemológica da Nova Ciência, a teorização neokantiana e a reivindicação, pelo pensamento alemão - contra o positivismo predominantemente francês -, de uma autonomia metodológica para o domínio das chamadas Ciências do Espírito teriam tornado anacrónicos o empirismo, o realismo e a unicidade metodológica. A inevitável mediação do sujeito, a característica indirecta da leitura do passado, e o estatuto não recorrente dos acontecimentos humanos obrigavam o saber histórico a articular as explicações por causas externas com a compreensão das motivações humanas que impulsionaram os eventos. Portanto, a Historiografia só poderia dar origem a um *conhecimento explicativo-compreensivo*.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>36</sup> *Idem, Livro de Sumários de Teoria da História. 1960-1961* (lição de 24 de Novembro de 1960).

<sup>37</sup> *idem, Teoria da História. Lições*, p. 170.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 98.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 128.

Dito de outro modo: o fundo neokantiano da Historiologia de Lima casava-se bem com algumas das críticas avançadas pela Hermenêutica Alemã, mormente através da interpretação de Raymond Aron. Assim, contra a exclusividade da causação explicativa, ele sustentava que, "para além da causa, há a compreensão do fenómeno (...)• O passado só pode converter-se em História na medida em que é compreendido pelo homem". Para isso, a par da explicação, seria necessário operar com outros conceitos (*sentido, significado, motivo, teleologia*), a fim de se compreender. E, se o distanciamento epistémico entre o *sujeito cognoscente* e o *objecto* não passava de uma ilusão epistemológica, mesmo no domínio das Ciências da Natureza, a separação seria ainda menor no trabalho do historiador, campo em que, mediante uma experiência interna (*Erlebnis*), o *outro (objecto)* podia ser compreendido por "Endo-Patia"<sup>40</sup> (Dilthey).

Este relacionamento não impediria que o "estudo científico dos factos humanos passados" visasse alcançar "a certeza"<sup>41</sup>. Todavia, o caminho para a atingir não podia escamotear que a mutabilidade do tempo fazia da Historiografia uma "ciência de variações" (Marc Bloch), e que, portanto, o passado só podia ser lido a partir de um "horizonte histórico" (Ortega y Gasset). Por outras palavras: a experiência do tempo mostrava que as leituras do passado estavam dependentes, igualmente, da emergência do novo (Bergson), evolução que ia fazendo de cada presente o passado do seu próprio futuro.

Não se escondia a inevitável mediação presentista das interpretações historiográficas, e, simultaneamente, defendia-se a sua índole probabilística e aberta. E não haveria qualquer antítese com o imperativo deontológico que incitava o historiador à objectividade. Daí que Sílvio Lima gostasse de citar a busca da "clara certidão da verdade" em Fernão Lopes, ou o célebre "*wie es wie es eigentlich gewesen*", de Ranke; ou, ainda, a pretensão micheletiana de "ressurreição da vida integral"<sup>42</sup>. Contudo, o contexto em que estas asserções foram formuladas não consente que sejam lidas em termos cientificistas: o carácter probabilístico, aproximativo e sempre inconcluso da Ciência Histórica postulava a procura da verdade, mais como um ideal e um imperativo ético, do que uma possibilidade de total concretização. Ao mesmo tempo, se esta atitude requeria uma mediação presentista, esta não devia degenerar em apologética: a vigilância crítica e a especificidade do método e do "olhar" dos historiadores exigiam a reconstituição rigorosa dos factos, sob pena de transformar a Historiografia em pura obra de ficção.

Mesmo como Historiologia, ela também não se podia confundir com as Filosofias da História. Sílvio Lima acusava estas meta-narrativas de, "sob a arquitectura de uma pura construção racional", serem teodiceias, isto é, uma "espécie de *religião laica*: Michelet, Renan, Comte, Tocqueville, Antero, Oliveira Martins, etc "<sup>43</sup>; elas tinham sido edificadas, num dado período da Modernidade, para preencher o vazio deixado pela "morte" do providencialismo. E a esta característica também não escaparia o cientificismo sociologista, incluindo

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, pp. 234-235.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>42</sup> *idem, O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, pp. 25-26.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 53.

o de orientação marxista. Dir-se-ia que, com isto, o professor e ensaísta pretendia distinguir a capacidade que o homem tinha para racionalizar o real (natural e histórico) das propostas que caíam numa ontologia historicista da razão, como exemplarmente se encontrava em Hegel, Comte e, sobretudo, em Marx.

Com efeito, o ensino de Lima dedicava algum espaço à exposição do pensamento de Marx<sup>44</sup>, procurando entendê-lo à luz da "inversão" hegeliana e do relevo conferido aos factores económicos. Porém, parece óbvio que ele se preocupou em distinguir a História Económica, que valorizava,<sup>45</sup> do Materialismo Histórico e Dialéctico. Este último radicaria num "indiscutível sistema monístico interpretativo de produção e ordenação de valores: o economicismo". O respeito pela autonomia dos valores espirituais levaram-no a repudiar as explicações por uma causa única, bem como toda a espécie de determinismo mecanicista, segundo o qual "o futuro e o passado são calculáveis em função do presente; nada de imprevisível, de novo, de criação original: o devir das coisas vai realizando um plano pré-formulado, traçado 'en bloc dans l'éternité'". O próprio *finalismo idealista* não diferiria do mecanicismo, porque a consumação a atingir também já estaria previamente marcada (mecanicismo às *avessas*)<sup>46</sup>.

Em Ciências Sociais, a razão prognostica era débil; e, em Historiografia, a explicação causal tinha de ser "poliédrica" e a sua previsibilidade fraca, pois, como é um saber que se refere à Vida, importava ter presente que "o vivo e o mecânico são realidades diferentes". Daí, a sua modéstia e dimensão, em contraste com as grandes narrativas das ontologias finalísticas. Em síntese: só "partindo do exame historico-sociológico do pretérito e do presente, e pondo de parte qualquer pressuposto filosófico-metafísico sobre idealismos e materialismos, sobre super-estruturas e infra-estruturas"<sup>47</sup>, se conseguiria chegar a um saber probabilístico, com um raio de previsão de "curta distância" no que respeita às linhas evolutivas da sociedade.

Pode assim concluir-se que o magistério de Sílvio Lima se saldava numa lição epistemológica, cujo objectivo maior era o de iniciar os alunos na crítica aos dogmatismos religiosos e metafísicos que recobriam muitas interpretações acerca do sentido da História e da função da Historiografia. E, se o "ensaísmo" (conhecer por ensaios, por tentames) era, a seu ver, o termo ajustado para qualificar o trabalho científico, essa designação seria ainda mais pertinente no domínio do saber histórico. Com efeito, a irreversibilidade do devir, o carácter indirecto das informações, as mediações do sujeito e do presente na leitura do passado levavam o conhecimento a progredir através de permanentes reformulações. Por palavras suas: "sendo a história um arranjo explicativo, é uma pura relatividade e como tal aberta a revisões críticas. Se a verdade é construção do historiador, não pode deixar de ser aproximativa, gradual e probabilística. Nunca está feita"<sup>48</sup>.

<sup>44</sup> *Idem, Teoria da História. Lições*, pp. 182-202.

<sup>45</sup> Neste aspecto, não deixava de citar precursores portugueses deste ramo da investigação histórica, a saber: Herculano, Oliveira Marreca, Oliveira Martins, Alberto Sampaio, João Lúcio de Azevedo, António Sérgio, Jaime Cortesão. Cf. *idem, ibidem*, p. 204.

<sup>46</sup> *Idem, O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, p. 53.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>48</sup> *Idem, Teoria da História. Lições*, pp. 141-142.